

**EFEITOS DA PANDENDEMIA COVID-19 NA ATUAÇÃO DE COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Regina Aparecida Leite de Camargo[[1]](#footnote-1)

Rosemeire Aparecida Scopinho[[2]](#footnote-2)

Ana Bárbara Araújo Leite³

**GT 11:** Vulnerabilidade, adaptação e resiliência da agricultura familiar

**RESUMO**

Nos anos de 2020 e 2021 a pandemia Covid 19 impôs a adoção de medidas de distanciamento social e o fechamento das escolas, o que impactou diretamente na venda de produtos da agricultura familiar através da Lei nº 11.947/2009. Algumas prefeituras municipais utilizaram parte dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a aquisição de produtos perecíveis de organizações de agricultores familiares, mas em quantidades muito inferiores ao inicialmente programada, o que demandou a busca de novos mercados ou o retorno a antiga prática de venda para atravessadores. Por outro lado, as iniciativas da sociedade civil, ou mesmo de instituições governamentais como a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), que conseguiram repassar esses produtos para famílias urbanas em vulnerabilidade social, reforçaram o potencial da agricultura familiar como produtora de alimentos básicos e o seu papel econômico e social em situações de crise.

Palavras-chave: associativismo, mercados institucionais, políticas públicas

**INTRODUÇÃO**

 A pujança do agronegócio no estado de São Paulo não eliminou a presença, e a relevância, de estabelecimentos de agricultura familiar. Essa agricultura está presente em todas as regiões do estado, na forma de agricultores familiares tradicionais, assentados da reforma agrária, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, enfim, toda diversidade e heterogeneidade que caracteriza a agricultura familiar e constitui parte da sua riqueza. Sua maior ou menor concentração em algumas regiões resulta do processo de luta por terra e ocupação do território paulista, ontem e hoje.

O surgimento, nos anos 2000, de programas de acesso a mercados institucionais direcionados para a agricultura familiar estimulou a criação e/ou fortalecimento de cooperativas e associações de produtores, não raro formadas com o objetivo principal de acesso a recursos e benefícios estatais. Dessa forma, inúmeras organizações de produtores familiares assumiram o importante papel de proponentes e destinatários de projetos que envolvem quantias variáveis de recursos e demandam novas responsabilidades de gerenciamento e administração.

O presente trabalho faz parte de um projeto intitulado: “Cooperativas e associações da agricultura familiar no estado de São Paulo. Desafios para o funcionamento e intermediação de programas governamentais”, que tem como objetivo geral o estudo do funcionamento de associações e cooperativas da agricultura familiar para conhecer o que fazem, como são gerenciadas, que serviços desenvolvem com os associados, a sua participação em movimentos sociais, conselhos e outras instâncias representativas e o acesso dessas organizações à programas de políticas públicas.

Esse projeto busca também identificar os principais problemas e dificuldades enfrentadas por essas organizações, principalmente os relacionados com o gerenciamento do quadro de associados, prestação de serviços e acesso a recursos do Estado. As organizações da agricultura familiar são analisadas sob a ótica da mobilização de diferentes tipos de capital para a formação de um conjunto de ativos ou capacidades que influenciam diretamente na sua habilidade de sobrevivência e expansão. Também são analisados os mecanismos que permitem com que essas organizações mantenham um quadro atuante de associados, fomentando o sentimento de pertencimento e a coesão do grupo.

Os diferentes tipos de capitais que podem ser mobilizados são: capital físico, que é uma mescla de capital natural e capital produzido, que engloba os bens e infraestrutura da organização; capital econômico produtivo, entendido como a saúde financeira da organização; capital humano, que inclui o número total de associados, o número de associados em dia e o número de sócios que efetivamente participam das atividades da organização; capital social, entendido como a rede de relações que a organização consegue manter com agentes externos e capital cultural ou a capacidade da organização em recuperar, manter ou promover práticas culturais, de lazer ou mesmo esportivas que contribuam para aumentar a coesão do grupo. Faz também parte do capital econômico produtivo a capacidade da organização em aprovar projetos de políticas públicas, como o PAA, PNAE e PPAIS, que contribuem para o aumento da renda dos produtores e também aumentam a receita da organização. Bem como a sua participação, desde o início da pandemia, em ações emergenciais coordenadas por instituições, como as “Cestas da Cidadania” da Fundação Itesp, ou por iniciativas da sociedade civil, para fazer chegar alimentos para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Na pesquisa que embasa este trabalho foram analisadas 40 cooperativas e associações com Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) jurídica, espalhadas por 17 municípios que pertencem a oito Escritórios de Desenvolvimento Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) do estado de São Paulo. A coleta de dados primários foi realizada através de entrevistas com os dirigentes das organizações e uso de questionário semiestruturado. Para o presente trabalho foram selecionados apenas os resultados referentes aos efeitos da pademia Covid-19 no funcionamento dessas instituições.

**ASSOCIATIVISMO E MERCADOS INSTITUCIONAIS**

A lógica do associativismo apoia-se na noção comum de que a “*união faz a força*” ou de que “*uma andorinha sozinha não faz o verão*”. Ou seja, a cooperação estaria na base da vida humana em sociedade e da sua sobrevivência diante dos perigos colocados pela natureza ou por outras coletividades. Primeiro os homens se juntavam por que a caça em grupo aportava melhores resultados, mas quando se tornaram sedentários e agrícolas passaram a dividir o árduo trabalho de cultivo dos campos e a repartir o produto da colheita. As primeiras associações formais de agricultores surgiram na Europa no século XIX, e hoje cooperativas e associações de produtores rurais somam milhares e estão espalhadas por todos os continentes. Para Namorado (2013) o movimento cooperativo pode ser interpretado como “um afloramento moderno da cooperação, enraizado num movimento social mais amplo, o movimento operário”.

No Brasil, iniciativas associativistas também surgiram de movimentos operários, mas com princípios muito mais voltados à ajuda mútua entre seus integrantes. Como, por exemplo, a associação dos “galileus” de Pernambuco, que deu início ao que depois viria se tornar as Ligas Camponesas (Rios, 2007). Independentemente de serem cooperativas ou associações, espera-se que os dirigentes “corram atrás” de benefícios para os associados, mas também se espera de todos o companheirismo, a solidariedade, e a cooperação. Principalmente em pequenas comunidades rurais marcadas pelas complexas relações de interconhecimento, parentesco e vizinhança (WANDERLEY, 2003), as esferas pessoais e as organizativas e administrativas são praticamente indissociáveis.

Ao longo das últimas décadas o governo federal e as administrações estaduais incentivaram a criação de cooperativas e associações de agricultores familiares como intermediadores na implementação de programas de políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS). Algumas administrações municipais também iniciaram projetos semelhantes, geralmente denominados de Programa Municipal de Agricultura de Interesse Social (PMAIS). Esses programas estimularam a formação de cooperativas e associações de produtores, não raro criadas com o objetivo principal de ter acesso a mercados institucionais via programas governamentais. Dessa forma, inúmeras organizações de agricultores familiares assumiram o importante papel de proponentes e destinatários de projetos que envolvem quantias variáveis de recursos e demandam novas responsabilidades de gerenciamento e administração.

A participação em uma cooperativa ou associação alarga, em teoria, as possibilidades de o agricultor familiar competir em mercados locais, regionais ou globalizados. Por outro lado, a formalização de relações de cooperação e reciprocidade, comumente encontradas em comunidades rurais (SABOURIN,2009, CHAYANOV, 1985,2017), pode gerar tensões que atuam contra aos objetivos desejados. Para Delma P. Neves (2013, p.16), a imposição do associativismo como condição para a participação em programas estatais, cria *dilemas e contradições* que podem levar ao encerramento das atividades da organização.

**Mudanças em atividades comuns organizadas por associações e cooperativas em decorrência da pandemia**

Um total de 71% da organizações entrevistadas reportaram o oferecimento de oportunidades de capacitação para os associados, na forma de cursos e palestras, sobre temas como a comercialização da produção e o manejo de cultivos e criações específicos. Mas chama também a atenção a quantidade de eventos relacionados com produção orgânica, agroecológica e em sistema agroflorestais e com a gestão da propriedade. Por outro lado, cursos sobre cooperativismo foram reportados em apenas duas entrevistas, e sobre gênero em apenas uma delas, apesar de três das organizações pesquisadas serem de mulheres. Mas perto de 50% dos entrevistados afirmaram haver havido uma diminuição ou completa parada no oferecimento de cursos e palestras desde a pandemia. Após a paralização dos eventos presenciais durante os anos de isolamento social, muitas organizações estão tendo dificuldade em retomar essas atividades, o que pode afetar os laços de pertencimento dentro do grupo.

Na mesma linha foram os trabalhos comunitários como os mutirões e outras formas de trabalho conjunto.

A frequência com que as organizações promoviam reuniões com os associados variou de uma única assembleia anual a reuniões mensais. Quando perguntadas como a pandemia afetou as reuniões da organização, as respostas foram:

Figura 1: Frequência e forma das reuniões durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Contrariamente do que aconteceu em áreas e formas de trabalho urbanas, no campo as reuniões on line não foram uma opção plenamente utilizada para manter a regularidade das reuniões das associações e cooperativas entrevistadas. As reuniões que lograram ser realizadas, com intervalos maiores, aconteceram presencialmente. Encontros on line foram reportadas apenas entre os membros da diretoria.

Os entrevistados foram perguntados sobre a participação nos principais programas direcionados para a agricultura familiar: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programa Cesta Verde, modalidade do PAA operacionalizada pela CATI durante a pandemia; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Programas Municipais de Agricultura de Interesse Social (PMAIS) e Programa Microbacias II. Apenas 34% dos entrevistados tiveram algum de seus membros participado do PAA Cestas Verdes durante a pandemia, que diferente dos demais programas de mercados institucionais, optou pelas entregas individuais.

Durante a pandemia foi permitida a distribuição de alimentos adquiridos com os recursos do PNAE para os alunos das redes públicas de ensino, conforme publicado no site do FNDE:

Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica” (BRASIL, 2023).

Dos entrevistados que participavam do PNAE, 76% entregaram produtos para a formação dos kits doados para as famílias dos alunos, mas com frequência menor que antes da pandemia. Pouco mais de 18% não entregaram produtos para as prefeituras, e apenas 6% dos entrevistados continuaram com as entregas na mesma frequência de antes. O levantamento do destino dos produtos não entregues gerou a Figura 29:

Figura 2: Destino dos produtos não entregues para o PNAE durante a pandemia

Fonte: Pesquisa de campo 2022/23

Pelos dados da Figura 29, uma parte significativa da produção não entregue para o PNAE se perdeu no campo ou foi vendida por preço inferior, embora a maioria dos entrevistados (76%) tenha entregue produtos para o PNAE, mas em proporção menor do que o planejado, e em muitos casos para um número menor de prefeituras do que o habitual.

Durante a pandemia, apenas 44% das organizações entrevistadas buscaram outras formas de comercialização de seus produtos, para compensar a retração dos canais habituais e a diminuição das vendas para o PNAE. Dos que adotaram novas formas, 74% adotou apenas uma alternativa e 26% duas outras alternativas de venda. Os principais novos canais foram: vendas on line (33%); entregas de cestas e no Ceasa (22%); vendas direto para os consumidores ou em feira livre (11%). Também foram reportados o fornecimento para as campanhas do MST, os armazéns do campo, empresas de produtos orgânicos e até mesmo para empresa que vende para presídio. Se somadas as vendas na rua, na propriedade, on line e em cestas; as vendas diretas para os consumidores somam mais de 83% das alternativas de venda durante a pandemia. Mas quando perguntados se essas novas formas vão continuar, apenas quatro das 18 organizações que tentaram novas formas de comercialização durante a pandemia responderam que sim.

Quando perguntados se recebem assistência técnica, 57,5% dos entrevistados optaram pela alternativa “Sim, algumas vezes”, contra 37,5% que alegaram receber os o serviço sempre e duas organizações que responderam não receber assistência técnica. Dentre os que recebem, para 41% a assistência recebida vem de apenas uma instituição e para 59% de duas a quatro instituições. Em relação a fonte da assistência recebida, as respostas mostraram que metade dos entrevistados já recebeu algum serviço da CATI, principalmente durante os projetos Cesta Verde e Microbacias.

Quando perguntados se houve mudança na assistência recebida durante a pandemia, 56% dos entrevistados alegaram que os serviços não sofreram alterações, em parte em decorrência da atual falta de proximidade com órgão de assistência técnica e extensão rural. Para os 37,5% dos que responderam que os serviços foram afetados, a principal consequência das mudanças foi o aumento na dificuldade de regularização de DAPs jurídicas e físicas, o fim das reuniões e projetos e o fato da resolução de problemas técnicos por fotos e conversas on line não ser o mesmo do atendimento presencial. Uma organização alegou que a falta dos serviços durante a pandemia afetou a gestão das vendas da cooperativa, o que resultou na saída de dois cooperados; e para uma delas havia vantagem no fato de que durante a pandemia podiam enviar documentação para a CATI por e-mail e agora, que o atendimento voltou a ser presencial, a regularização de documentação é mais demorada.

Os entrevistados também foram perguntados se participam de alguma outra iniciativa social em seus municípios, e as respostas de dividiram entre 50% que responderam afirmativamente e a outra metade que respondeu negativamente. Entre os que responderam afirmativamente, a principal iniciativa mencionada (77%) foram as doações de produtos, contra 23% que indicaram participações esporádicas em reuniões, projetos e iniciativas como cozinha comunitária. Em relação a participação em alguma ação social durante a pandemia, 75% responderam afirmativamente, e todas as resposta foram no sentido de terem iniciado, aumentado ou diversificado as doações de seus produtos para diferentes instituições, como asilos, hospitais, Santa Casas, CRASs, etc.

A organização de trabalhos coletivos, como mutirões, é uma atividade que, segundo os entrevistados, esteve mais presente no passado das organizações. Atualmente apenas 37.5% responderam organizar trabalhos coletivos, geralmente direcionados para atividades que necessitam de grande esforço e/ou rapidez, como as colheitas, capina em áreas de produção orgânica, limpeza/manutenção de instalações comunitárias e estradas, APPs e áreas coletivas de produção. Durante a pandemia o trabalho em mutirão ajudou a organizar as cestas de alimentos para o PNAE ou para doação, mas várias das outras atividades pararam ou tiveram a sua frequência reduzida.

Para 60% dos entrevistados a pandemia afetou os problemas já existentes na associação ou cooperativa, mas não necessariamente de forma negativa – para 67% deles a pandemia causou uma diminuição nas vendas e na renda dos associados e da organização. Um dos entrevistados reportou que a pandemia adiou a reestruturação da organização pela dificuldade de reunirem-se. Outros alegaram que a pandemia agravou os problemas já existentes, morreram pessoas de Covid, causando depressão e aumento da desmotivação entre os associados. Mas para 33% os efeitos foram positivos - aumentaram as vendas de hortaliças, principalmente as orgânicas, conseguiram aprovar projeto de PAA, foram criadas novas oportunidades de mercado e aumentou o número de associados por causa do canal de delivery aberto como alternativa de venda.

Quando indagados se surgiram novas dificuldades em consequência da pandemia, apenas 20% responderam que sim. Dentre as novas dificuldades constava a diminuição das atividades coletivas, como os mutirões, e a dispersão das pessoas, falta de reuniões e maior dificuldade para solucionar problemas. De modo geral, o que mais mudou no funcionamento da organização durante a pandemia foi:

Quadro 1 – Principais mudanças durante a pandemia

|  |  |
| --- | --- |
| Não tinha entrega e reunião (perda de produtos e falta de comunicação) | 25,6% |
| Não tinha entrega (perda de produtos) | 2,6% |
| Não tinha reunião | 38,5% |
| Dificuldade de comunicação com os sócios | 20,5% |
| Aumentaram as vendas | 12,8% |

Fonte: Pesquisa de campo, 2022/23

Como pode ser constatado no Quadro 1, a falta de reuniões e de comunicação com os associados esteve presente em 84,6% das respostas.

 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mais do que instituições financeiras ou organizações com uma função societal (Yu e Huang, 2020), as cooperativas de produtores rurais podem exercer um papel político, como almejado por cooperativas de movimentos sociais no campo, como o MST, ou mesmo cultural, reforçando tradições e costumes locais. Raquel Ajates (2020), estudando as milhares de cooperativas agrícolas na Europa alerta para a perda de suas raízes históricas e a necessidade de fortalecer a sua função política e ambiental, para que não continuem a ser cooptadas pelos regimes alimentares dominantes. A autora também aponta para a necessidade de novos estudos para retratar a sua grande heterogeneidade.

Foi interessante, no estudo realizado, perceber as consequências da pandemia Covid 19 no funcionamento de associações e cooperativas. Como colocado, para algumas das organizações, principalmente as de produção orgânica, a pandemia representou um aumento de venda e abertura de novas formas de comercialização. Mas para outras, agravou os problemas já existentes. A pesquisa com associações e cooperativas da agricultura familiar deve continuar, bem como os dados ora levantados serão analisados com métodos estatísticos ou outros que possam ser encontrados na restrita bibliografia sobre estudos multidimensionais de cooperativas e associações agrícolas.

**REFERÊNCIAS**

AJATES, R. An integrated conceptual framework for the study of agricultural cooperatives: from repolitisation to cooperative sustainability. Journal of Rural Studies 78, 2020

BRASIL. FNDE. Perguntas frequentes sobre a execução do PNAE durante a pandemia do Coronavírus. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/perguntas-frequentes>. Acesso em 22/02/23

CHAYANOV, **A teoria das cooperativas camponesas**. Pouso Alegre: Editora UFRGS, 2017

CHAYANOV, Alexander V. **La oragznización de la unidad económica campesina**. Buenos Aire: Ediciones Nueva Visión, 1985.

NAMORADO, R. **O Mistério do Cooperativismo**. Da Cooperação ao Movimento Cooperativo. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2013.

NEVES, D. P. Associativismo e Personalismo dos Mediadores Formais: Dilemas da Organização Política de Assentamentos Rurais pela Intervenção Estatal. In: **Retratos de Assentamentos**. Araraquara: Nupedor/Uniara, v.16, n.1, 2013

NEVES, D. P. **Desenvolvimento Social e Mediadores Políticos**. Porto Alegre: Editora URFGS, 2008

Rios, G. S. **O que é o cooperativismo** (2° ed.). São Paulo: Brasiliense 2007.

SABOURIN, E. Camponeses do Brasil entre troca mercantil e reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, E. Origens, evolução e institucionalização da política de agricultura familiar no Brasil. In: DELGADO, G. C. BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). Agricultura familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: MDA, 2017

WANDERLEY, Maria Nazareth B. A Agricultura Familiar e Campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, outubro, 2003.

YU, L; HUANG, W. Non-economic societal impact or economic revenue? A performace and efficiency analysis of farmer cooperatives in China. Journal of Rural Studies 80, 2020

1. UNESP, regina.camargo@unesp.br [↑](#footnote-ref-1)
2. UFSCar, scopinho.rose@gmail.com

³ UNESP, leite.araujo@unesp.com [↑](#footnote-ref-2)